contratual. Situação que não se enquadra às disposições constantes do Decreto estadual nº 40.177/1995.....	53
---	----

Ementário

Consultoria	69
Contencioso Geral	82
Contencioso Tributário-Fiscal.....	84

Foi com grande alegria que recebi o convite formulado pelo Centro de Estudos para escrever o editorial desta edição de julho/agosto de 2014 do Boletim, valioso meio de divulgação dos trabalhos de destaque desenvolvidos pela carreira e, por isso, importante instrumento replicador de conhecimento e de reflexões.

Não se pode negar que o exemplo de excelência das manifestações publicadas incute nos Procuradores do Estado o desejo de cada vez mais melhorar a própria atuação, o que invariavelmente leva cada membro da Instituição a sopesar os obstáculos que no dia a dia se põem ao alcance desse desiderato. Em mim, particularmente, a profundidade e a qualidade dos trabalhos aqui reproduzidos impingiram a reflexão quanto ao verdadeiro papel do Procurador do Estado.

Guardião na esfera pública da constitucionalidade, da ética e dos princípios que regem a Administração Pública, o advogado público tem um papel de suma importância na concretização do Estado Democrático de Direito. É justamente nesse contexto que se insere a atividade consultiva do advogado público, pela qual exerce a mais aconselhável e eficaz forma de controle, o preventivo, evitando a edição de atos contrários ao Direito e, especialmente, orientando o Administrador acerca da forma como conseguirá, lícita e legitimamente, alcançar seu escopo. Também na atividade contenciosa, ao exercer o contraditório e apresentar argumentos jurídicos contrapostos a pedido formulado judicialmente contra o ente público e, especialmente, propor a alteração da política pública ao identificar vícios praticados pelo próprio Estado, o advogado público solidifica a ordem jurídica.

Nota-se, então, que ao Procurador do Estado, advogado (público) que é, cabe o exercício de atividade essencialmente intelectual e jurídica.

Diante disso, é com apreensão que observo o desempenho de consideráveis atribuições meramente burocráticas pelos Procuradores do Estado de São Paulo, advindas, por certo, da crescente demanda decorrente da criação dos juizados especiais da Fazenda Pública e dos processos judiciais eletrônicos. A expedição de ofícios, a classificação de pendências no sistema eletrônico concebido para o acompanhamento de demandas judiciais (PGENet), a realização de protocolo eletrônico de peças processuais, com a anexação de documentos, o recebimento de mandados judiciais, entre outras, constituem tarefas que consomem substancial parcela do tempo diário dos integrantes da carreira, afastando-os paulatinamente do papel fundamentalmente advocatício que exercem.